

Bandeiras... que bandeiras?

JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA

Terça-feira última, na manifestação estudantil ocorrida no Rio de Janeiro, havia mais bandeiras vermelhas na Candelária do que eu tenha visto, nos últimos cinco anos, na Praça Vermelha de Moscou. Universitários e secundaristas protestavam contra a medida provisória que extingue o Conselho Federal de Educação, regulamenta a eleição de reitores e institui exames de avaliação ao final do curso universitário.

Nostalgicamente, lembrei-me das lutas históricas dos estudantes, sempre comprometidas com as causas progressistas — expressão com que a esquerda denomina as mudanças necessárias ao progresso do país. Por retrocesso ou pura falta de entendimento, os estudantes hoje saem às ruas para defender as teses mais imobilistas e conservadoras. Reacionárias, se quisermos usar a tradicional antítese de progressista.

Afastando a hipótese de má-fé, passo a recuperar o fio da meada, na tentativa de dar minha contribuição para o que deve ser um debate nacional.

Quando este Governo assumiu, já tramitava no Congresso Nacional uma medida provisória extinguindo o antigo Conselho Federal de Educação e os mandatos de seus membros, e criando um Conselho Nacional com as mesmas competências. Essa medida nascera condenada pelo pecado original, já que atropelava o Congresso, transformando em lei um projeto que ainda estava em discussão no Senado. Além de ter sido considerado inconstitucional pelo próprio Senado, esse projeto reproduzia, no novo conselho, a mesma feição cartorial do conselho extinto.

Mudou o Governo e mudou o MEC. O novo ministério, comprometido com o combate aos corporativismos, está propondo que o futuro conselho seja democraticamente constituído, com base em consultas aos setores organizados da sociedade, incluindo os usuários do sistema educacional (como sindicatos de patrões e de empregados), que fariam uma lista não de representantes de seus interesses específicos, mas de pessoas que, a critério desses grupos, pudessem, de fato, contribuir pela melhoria da qualidade do ensino no país.

A filosofia que vem presidindo o trabalho do novo MEC, ao mesmo tempo que indicava a necessidade de impedir que fosse recriado um conselho corporativo, apontava para a premência de se estabelecerem mecanismos para oferecer substância ao futuro conselho, no propósito de

garantir que, efetivamente, atue na direção da melhoria da qualidade do ensino. E o único instrumento **substantivo** que o MEC pode oferecer ao conselho é a sistemática dos exames. Ou se parte para esse instrumento efetivo de controle da qualidade ou mantém-se o velho formalismo cartorial dos controles burocráticos: papéis que circulam de um lado para o outro, sem acrescentar coisa alguma aos mecanismos de avaliação das instituições de ensino. Isso explica por que, num mesmo instrumento legal, trata-se da estrutura e composição do conselho e dos exames de final de curso.

...querer quebrar o termômetro para não conhecer a intensidade da febre

Mas se o MEC elege como prioridade cobrar qualidade do ensino, também fica obrigado a dar às instituições universitárias instrumentos gerenciais adequados. Numa instituição acadêmica, é fundamental que a gestão seja exercida pelos quadros mais capacitados para tanto — o que significa “pôr gente do ramo”, em linguagem popular. Seria uma incoerência exigir qualidade sem dar às instituições universitárias condições de promoverem uma gerência adequada. Daí a mesma medida provisória tratar também da escolha dos reitores. Referindo-se a essa medida, o senador Darcy Ribeiro, em recente artigo, considera uma “inovação extraordinária” a que organiza “o governo da universidade, retirando a constituição das principais autoridades acadêmicas da disputa partidária e dos riscos do domínio dos funcionários e alunos”. (“Folha de S.Paulo”, 27/03/95.)

Espantosamente, estudantes se mobilizam contra as três propostas. Erguem bandeiras vermelhas, faixas e cartazes contra a demonocratização do conselho, a despolitização da escolha de reitores e contra os exames de final de curso. E conseguem a adesão de professores e reitores para essa “causa”.

É inconcebível que alunos, e até mesmo alguns professores e reitores, sejam contra provas. Todo universitário que termina seu curso e quer estudar no exterior ou fazer mestrado aqui no Brasil submete-se a provas. Depois, bate às portas da Capes ou do CNPq para pedir uma bolsa que garanta sua sobrevivência durante o curso. E exhibe orgulhosamente o certificado de que foi aprovado. Nunca ouvi ninguém achar absurda a exigência desses exames.

O que o MEC está querendo é apenas mostrar o resultado da educação que vem sendo fornecida pelas nossas instituições universitárias, nas quais o aluno investe um tempo precioso de sua vida. Isso é o que há de mais corriqueiro em qualquer país do mundo que busque qualidade no ensino. Portanto, só se compreende essa oposição inusitada à proposta do MEC como uma reação liliptiana de querer quebrar o termômetro para não conhecer a intensidade da febre.

Ao fim e ao cabo, toda essa gritaria esconde a verdadeira briga que se dá nos bastidores pelo controle da educação no país. O novo MEC entende a educação como um “ato de libertação” das pessoas, e não como instrumento de controle da sociedade. Portanto, é preciso garantir autonomia às instituições de ensino para que possam promover essa libertação. Não podemos permitir que grupos, corporações ou facções, quaisquer que sejam, detenham um controle que tem que estar nas mãos de cada escola.

Quando o presidente Fernando Henrique foi ao Rio lançar a campanha “Acorda, Brasil. Está hora da escola”, ele dava início a uma virada na história do ensino deste país, deslocando o foco de preocupações da sociedade para a escola básica, onde reside o problema e a solução do sistema educacional brasileiro. Como o ensino de Segundo Grau é privilégio de poucos e a educação superior de muito poucos, a prioridade do Governo será indubitavelmente o ensino básico. Na hora em que Governo e sociedade conseguirem assegurar a qualidade do ensino básico, o que hoje é privilégio de uma minoria, passará a ser um direito de todos.

Não acredito que os estudantes, historicamente comprometidos com as lutas democráticas e com as conquistas sociais, fiquem fora dessa revolução. Sugiro que se juntem aos milhões de alunos das escolas básicas para lutar por uma escola pública de boa qualidade, de ponta a ponta. Sem medo de provas, já que essa é a maior delas. Está na hora da escola. É hora de erguer bandeiras brancas.

João Batista Araújo e Oliveira é secretário executivo do MEC.